

Pensamento Sociológico de Marx



Objetivos de aprendizagem

- Entender os principais fundamentos sociológicos de Marx.
- Identificar as principais características do pensamento marxista.
- Apropriar-se do significado dos conceitos básicos da Sociologia de Marx.



Seções de estudo

- Seção 1** A concepção da realidade social de Marx: materialismo histórico e dialético.
- Seção 2** Economia e sociedade.
- Seção 3** Modos de produção.
- Seção 4** Trabalho e vida econômica: emprego, desemprego e empregabilidade.



Para início de estudo

Você vai dar mais um passo rumo ao conhecimento sociológico a respeito da sociedade moderna e contemporânea. O pensamento sociológico de Marx é o mais controvertido de todos os tempos.

Por causa de suas idéias, ele foi e continua sendo admirado e criticado. Suas análises críticas da sociedade capitalista de seu tempo, evidenciando as contradições e antagonismos, mostrando as possibilidades de mudanças, transformações e revoluções, provocaram rupturas, discussões e conflitos de idéias, que permearam por muito tempo as ciências humanas e sociais, chegando até aos nossos dias.

Você conhecerá, nesta unidade, o pensamento sociológico de Marx.

SEÇÃO 1 - A concepção da realidade social de Marx: materialismo histórico e dialético

Diferentemente da perspectiva apresentada por Comte e seguida por Durkheim, Marx oferece uma nova concepção da realidade social, modificando completamente o entendimento e a percepção do mundo, a partir de meados do século XIX.

Já houve época em que o pensamento de Marx era contestado em qualquer publicação de Sociologia. Isto se deve, em grande parte, ao preconceito que foi sendo criado pelas instituições e pensadores mais conservadores, por causa de suas posições críticas em relação à sociedade da época.

Para que se compreenda o pensamento sociológico de Marx, é importante conhecer alguns aspectos importantes de sua vida.

Conhecendo Marx

Karl Marx nasceu em 1818, em Trier, na antiga Prússia, hoje Alemanha. Filho de Judeus, que mais tarde se converteram ao protestantismo, pertenciam a pequena burguesia. Em 1835, ele foi estudar direito em Bonn e, em 1836, transferiu-se para Berlim. Em Berlim, estudou também filosofia e história, aproximando-se do pensamento de Hegel e, em seguida, tornou-se seu maior crítico. Em 1841, defendeu a tese de doutorado em filosofia.

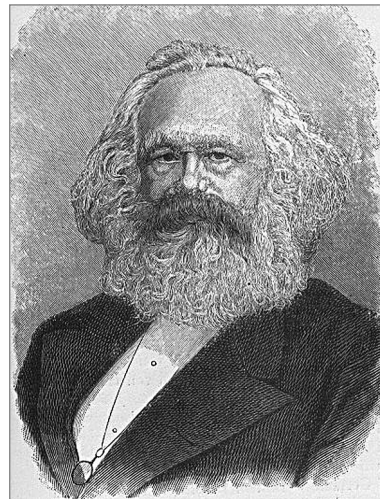


Figura 7: Karl Marx.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Karl_Marx>

Ele pretendia ser professor universitário, mas a perseguição do governo aos críticos de Hegel impediu-o de seguir a carreira acadêmica. O contato com os problemas sociais exerce grande influência na vida de Marx, e o leva a escrever vários artigos com críticas contundentes ao governo alemão. Por causa das pressões deste, Marx se muda para Paris. Antes de viajar, casa-se com Jeny Von Westphlen, com quem teve sete filhos, dos quais só três chegaram à idade adulta.

Expulso de Paris em 1845, mudou-se para Bruxelas, onde dá início as suas atividades políticas mais intensas com o movimento dos trabalhadores. Em Bruxelas participa da fundação da Liga dos Comunistas, e com a colaboração de Engels, em 1848, redige o *Manifesto do Partido Comunista*. Em 1850, Marx parte para Londres, onde se dedica com afincos aos estudos, cujo resultado é sua obra principal, *O Capital* (1867). Morre em Londres em 1883.

A vida de Marx é marcada pela luta contra a ordem dominante da época e em defesa da dignidade dos trabalhadores. As dificuldades econômicas e pessoais enfrentadas por ele e sua família, também decorrem de suas posições. Sobreviveu financeiramente com a remuneração recebida por artigos que escreveu para os diversos jornais e revistas em diferentes partes do mundo.

Toda a obra de Marx é um documento vivo sobre a maneira pela qual foi percebendo, delimitando, eliminando e resolvendo questões. Produz simultaneamente o método e a interpretação do capitalismo. Aborda sempre e conjuntamente os problemas do capitalismo e os do método dialético de análise.

Parte das obras de Marx foi escrita em parceria com o seu amigo Engels.



Saiba Mais

Conheça algumas obras de Marx:

- Crítica da Filosofia do Direito de Hegel.
- Introdução à crítica da Filosofia do Direito de Hegel.
- Manuscritos econômico-filosóficos.
- Contribuição à crítica da Economia Política.
- Salário, preço e lucro.
- Fundamentos da Economia Política.
- O capital (Livro 1, 1867)

Verifique outras obras de Marx nos sites:

<<http://www.culturabrasil.org/marx.htm>>;

<www.suapesquisa.com/biografias/marx/>

Agora que você já conheceu alguns aspectos importantes da vida de Marx, estudará sua concepção metodológica.

A dinâmica do pensamento de Marx

Para que você compreenda a dinâmica da produção do pensamento marxista serão apresentados os métodos dialético e o materialismo histórico; explicado como estes se relacionam com a produção da teoria marxista e como esta se propõe a explicar a constituição dos sujeitos humanos e da sociedade.

Marx viveu no século XIX, no período da consolidação do sistema capitalista, que imprimiu uma nova maneira de ser da sociedade. Sem nunca ter sido um sociólogo de profissão, seus estudos nasceram da prática e das necessidades políticas do movimento socialista. Foram os seguidores do pensamento marxista e os estudiosos das ciências sociais, que adaptaram a teoria de Marx às necessidades teóricas da Sociologia.

Suas formulações teóricas sobre a vida social, com destaque para as análises que fez da sociedade capitalista da sua época, causaram repercussões entre os intelectuais, a ponto da Sociologia Ocidental Moderna preocupar-se basicamente em confirmar ou negar as questões levantadas por ele.

Ele cumpriu o papel de desvendar o sistema capitalista de forma ampla, analisando seus aspectos políticos, sociais e econômicos, com a utilização do método dialético. Isto é tão marcante que se pode afirmar que o conceito de realidade social de Marx é **dialético**.

Caracterizando o método, Marx (1982, p. 179) afirma que “o movimento do pensamento é o reflexo do movimento real, transportado e transposto no cérebro do homem”. É o movimento da matéria, da realidade social e da vida do ser humano que é objetivamente dialético.

Acompanhe os parágrafos seguintes com atenção para que você entenda o que é o método dialético.



Toda a abordagem desenvolvida por Marx a respeito do sistema capitalista de produção é dialética, caracterizada especialmente pelas indicações das contradições e conflitos marcantes na dinâmica desta sociedade: padrões X operários, riqueza X pobreza, mando X obediência.

Verifique uma explicação por meio de um exemplo:

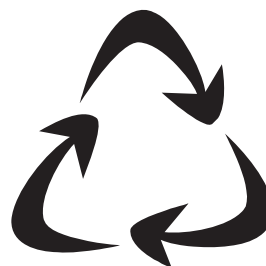
Em Comte e Durkheim, a riqueza e a pobreza são duas partes de uma mesma realidade, como se fossem as duas faces de uma mesma moeda. Para Marx, riqueza e pobreza são contraditórias. Uma decorre necessariamente da outra. A riqueza é resultado da exploração, opressão e injustiça. Isto só é possível por causa das condições estabelecidas pela sociedade, que não são iguais para todos: uns nascem em berço de ouro, outros de madeira, outros de capim, papelão, jornal ou sem berço.

A partir desta perspectiva de abordagem ampla da sociedade capitalista, pode-se considerá-lo mais como um cientista social do que como um sociólogo. Marx acreditava que a razão não era só um instrumento de compreensão e apreensão da realidade social, mas também de construção de uma sociedade mais justa.

Após ter distinguido os aspectos e elementos contraditórios, sem negligenciar as suas ligações, sem esquecer que se trata de uma realidade, Marx reencontra a dialética na sua unidade, isto é, no conjunto de seu movimento. A realidade em estado de movimento, a realidade em processo, impulsionada pela superação de elementos contraditórios que a permeiam, é uma idéia básica no método dialético. Para ele, tudo parece levar a própria contradição e, por consequência, à mudança, à transformação.

Em suma, dialético é um método de análise da realidade, que vai do concreto ao abstrato e que oferece um papel fundamental para o processo de abstração.

É um modo de ver e conceber o mundo, a sociedade, a vida, os seres humanos, as coisas, a matéria, as idéias e pensamentos, caracterizado pela dinâmica do movimento constante de tudo. Nada está parado, inerte. Tudo muda, tudo se transforma.



Este modo dialético de ver e conceber tudo está presente na análise e interpretação da sociedade capitalista moderna, também entendida como **Materialismo Histórico**.

A análise da vida social para Marx e Engels (1989, p.27) deve ter como ponto de partida: “[...] os indivíduos reais, a sua ação e as condições materiais de existência, quer se trate daquelas que já encontrou elaboradas, quer das que ele próprio criou. A primeira condição de toda a história humana é a existência de seres humanos vivos”.

Na abordagem da vida social, ele desenvolveu um método que, mais tarde, foi denominado de **Materialismo Histórico**, por tratar das relações materiais que os homens desenvolvem para poderem produzir os meios necessários para a sobrevivência.

Vamos entender melhor o que significa a concepção do materialismo-histórico?

Nesta abordagem, a produção das idéias, das representações e da consciência está, antes de tudo, direta e intimamente ligada à atividade material dos homens, é a linguagem da vida real. Sendo assim, as representações e o pensamento dos homens aparecem como a emanção direta do seu comportamento material da vida cotidiana.

Os homens são produtos de suas representações e de suas idéias, na medida em que são estas qualidades que os tornam humanos. Porém, não partimos daquilo que os homens dizem, imaginam, crêem, mas dos homens tomados em sua atividade real, segundo o seu processo real de vida.



São os homens que, ao desenvolverem a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, os seus pensamentos e os produtos destes pensamentos. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.

Vejamos uma explicação por meio de um exemplo:

A idéia de uma mesa surgiu pela necessidade que o ser humano teve de uma superfície plana para preparar os seus alimentos. Iniciou no chão, depois sobre uma pedra, um tronco de árvore. Foi pensando e refletindo sobre maneiras de melhor satisfazer as suas necessidades que o ser humano chegou à construção de diferentes tipos de mesas.

Esse processo de criação se aplica ao desenvolvimento de todos os instrumentos produzidos para melhor interferir e transformar a natureza, com o objetivo de garantir a sua sobrevivência e foi o que possibilitou que o homem fosse transformando-se a si próprio.

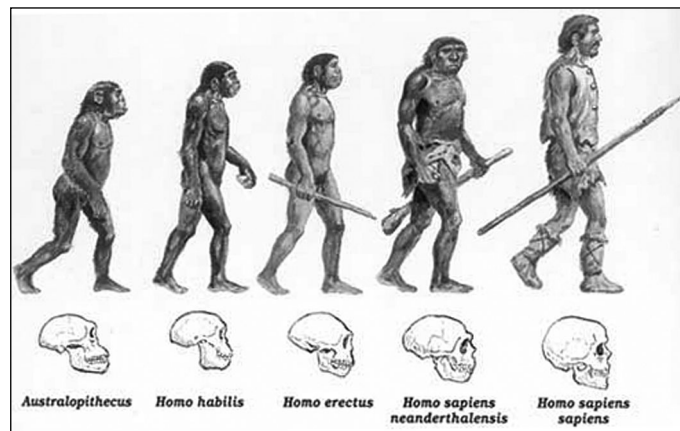


Figura 8: Evolução Humana

Fonte: <<http://www.avph.hpg.ig.com.br/>>

Ao longo da história humana, isso foi promovendo o seu desenvolvimento e a sua constituição como sujeito de sua história, com as qualidades e características humanas que conhecemos – relacionadas às capacidades de pensar, de planejar, de imaginar e da própria consciência. E são estas, entre outras capacidades de ordem superior, que são tipicamente humanas e que nos diferem de outras espécies animais.

É, portanto, intervindo na realidade material, transformando a natureza para satisfazer suas necessidades de sobrevivência que o homem constrói sua consciência.

É na vida real que começa a ciência real, a representação da atividade prática, do processo de desenvolvimento prático dos homens. O conhecimento baseado na produção da sociedade resulta do estudo do processo real de vida e da ação dos indivíduos de cada época.

Os homens devem poder viver para poder fazer história. E para viver é preciso, antes de tudo, beber, comer, morar, vestir-se, além de outras coisas. Desta forma, a produção da realidade material para garantir a reprodução da vida a cada dia, é um processo dialético contínuo em evolução. Assim, o modo como o ser humano luta para estar vivo já é parte do fazer história e do seu fazer-se na história, pois, ao mesmo tempo, produz conhecimento.



O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material. É no desenvolvimento histórico que os homens, ao renovarem a cada dia a sua própria vida, iniciam o processo de suas próprias reproduções.

A consciência é um produto social como um reflexo do contexto social mais próximo. A consciência da necessidade de relacionar-se com indivíduos que os cercam, advinda da percepção da necessidade de juntar esforços para sobreviver, marca, para o homem, o início da consciência do fato de que, apesar de tudo, ele vive em sociedade.

A vida em sociedade tem características distintas em cada período da história, marcadas pelo modo como o ser humano organizou-se para satisfazer suas necessidades básicas.

Uma passagem da Ideologia Alemã (MARX e ENGELS, 1989, p. 27-28) reflete bem esta perspectiva:

Um primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de poder viver a fim de “fazer história”. Para viver, é necessário, antes de mais nada, beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se, etc. O primeiro fato histórico é a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material, trata-se de um fato histórico, de uma condição fundamental de toda a história [...] a fim de manter os homens vivos.

Satisfeitas estas necessidades básicas, os homens criam novas necessidades, e esta criação é para Marx o primeiro ato histórico, resultante da ação orientada pela consciência. É desde o início da evolução histórica que os homens renovam diariamente as suas próprias vidas e buscam a reprodução da espécie, numa relação entre homem e mulher, pais e filhos.

Você estudará sobre forças produtivas e modos de produção nas seções 2 e 3, desta unidade.

Para Marx (1989), são as massas das **forças produtivas** que determinam as condições sociais de existência. Neste sentido, a consciência nasce da necessidade da existência de intercâmbio com outros homens. A consciência é, portanto, desde o início, um produto social (SELL, 1999).



Com estas colocações, estavam lançadas as bases para uma nova interpretação da história. Ao afirmar que é a matéria que determina a consciência, Marx (1989) toma como ponto de partida a vida material e histórica do homem.

Proletariado é o conjunto de trabalhadores que necessitam vender a sua força-de-trabalho a um empresário capitalista.

Numa visão histórica, segundo Amorim e Tamanini (2003), as configurações assumidas pela ciência e pela ética são o resultado de uma evolução que não obedece, necessariamente, as leis eternas. Ela é construída pelas realidades históricas e se caracteriza por um ato consciente e revolucionário de uma classe, no caso do sistema capitalista, o **proletariado**.

Para os históricos, as teorias ou abstrações são representações que os homens fizeram para si mesmos na História. Elas são o resultado da história humana, destinadas a descrevê-la e a permitir sua continuidade ou descontinuidade. Portanto, são contextualizadas e podem ser modificadas, porque toda história traz em si o germe da sua própria destruição.

A dinâmica das relações sociais, o movimento das mudanças e transformações constantes, a dialética da realidade e do pensamento constituem a força motora da história. As circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias. Ao produzir seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material e social, processo que implica no surgimento de contradições. Neste sentido, o sociólogo poderia compreender a sociedade capitalista e a direção na qual ela estaria se transformando graças as suas contradições internas.

Na verdade, Marx nunca trata da produção em geral, mas refere-se à produção num estágio de desenvolvimento social, como sendo a produção dos indivíduos que vivem em sociedade. A sociedade depende do estágio de desenvolvimento social, de suas forças produtivas e das relações sociais de produção, conforme citação que segue:

[...] os homens não são livres árbitros de suas forças produtivas, pois toda força produtiva é uma força adquirida, produto de uma atividade anterior. Portanto, as forças produtivas são os resultados da energia prática dos homens, [...] determinada pelas condições em que os homens se encontram colocados, pelas forças produtivas já adquiridas [...]. (MARX apud QUINTANEIRO, BARBOSA e OLIVEIRA, 2001, p.71).

A maneira pela qual os homens produzem seus meios de existência depende da natureza dos meios de existência já conhecidos e que precisam ser reproduzidos ou substituídos.

Você estudará mais sobre o trabalho na obra de Marx, na seção 4, desta unidade.

A compreensão dos processos históricos não pode ser feita sem referência à maneira como os homens produzem sua sobrevivência material. Por isso, o conceito de **trabalho** é fundamental para o entendimento, pois é nesse processo que se estabelece a interação com a natureza e é por meio do trabalho que o homem a transforma.

Na concepção marxista, o homem trabalhando é considerado como força de trabalho, significando a energia despendida no processo de trabalho, por meio do qual chega ao produto. E é o trabalho que atribui ao produto um valor determinado.

De acordo com Demo (1989), as relações que se estabelecem entre proprietários dos meios de produção e os trabalhadores que processam diretamente o produto são denominadas **relações sociais de produção**.

Os **meios de produção** são os instrumentos utilizados para processar a produção, o capital, as fábricas, a terra, as ferramentas, os insumos, etc.

Por **modo de produção** entende-se a maneira historicamente específica que caracteriza o processo de produção.

As relações de produção são caracterizadas pelo relacionamento dentro de um modo de produção entre aqueles que possuem os meios de produção e aqueles que não os possuem. No caso do modo de produção capitalista, ela ocorre entre o capitalista que detém a posse privada dos meios de produção e os trabalhadores diretos, isto é, aqueles que não os têm.

[illegible]

Unidade 3

SEÇÃO 2 - Economia e sociedade

Para uma compreensão mais adequada da sociedade moderna, é imprescindível que se tenha o domínio de alguns conceitos básicos relativos a sua economia.

Como você está estudando as idéias sociológicas de Marx, nesta seção, você terá contato com alguns fundamentos conceituais da Sociologia econômica marxista. Isso porque, no pensamento de Marx, os aspectos econômicos adquiriram destaque e estão muito presentes em toda a análise da sociedade capitalista.

Inicialmente, podemos destacar que no cenário das relações de produção capitalistas surgem dois **conceitos** básicos e fundamentais para o entendimento do pensamento de Marx, a **mais-valia** e **classes sociais**, conceitos que serão estudados a partir de agora.

Fique atento aos próximos parágrafos para acompanhar as idéias e facilitar sua compreensão.

Na verdade, a economia capitalista trouxe um fato novo, a separação entre produto e produtor. O trabalhador produz sem saber o que está produzindo, sem ter participado do planejamento do processo e nem do produto final. Ele é apenas o executor daquilo que foi projetado por outro.

Isto se torna mais intrigante se levarmos em conta que o trabalho é a base do valor das mercadorias. Isto é, o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho incorporado a ela. Se uma mercadoria vale duas vezes mais do que a outra, é porque contém o dobro de trabalho.

Segundo Demo (1989), no tempo do intercâmbio mercantil simples, vendiam-se mercadorias para se obter o dinheiro que podia comprar outras mercadorias. Agora, vendem-se mercadorias para se obter dinheiro, que permite comprar mercadorias multiplicadoras do dinheiro.



O camponês (pequeno agricultor) vendia feijão, milho, batata, etc, para obter dinheiro para comprar sal, remédios, roupas.

Na sociedade atual, vende-se a própria força de trabalho como mercadoria, mas é uma mercadoria produtora de outras mercadorias, multiplicadora de dinheiro. Neste contexto, a força de trabalho surge, então, como uma nova mercadoria. O trabalhador livre vende a sua força de trabalho pelo valor de um determinado salário.

É bom lembrar que a força de trabalho nem sempre foi uma mercadoria ou trabalho assalariado. O escravo, por exemplo, não vendia a sua força de trabalho ao seu dono, assim como o boi não vende o seu trabalho ao lavrador. O escravo era vendido de uma vez para sempre com a sua força de trabalho. Era uma mercadoria que podia passar das mãos de um dono às mãos de outro. Assim, ele era uma mercadoria, mas a sua força de trabalho não lhe pertencia.



Já o trabalhador livre, no sistema capitalista, vende 8, 10, 12, 15 horas de sua vida, dia após dia, ao proprietário dos meios de produção, dos instrumentos de trabalho e meios de vida. (QUINTANEIRO, BARBOSA e OLIVEIRA, 2001).

Na concepção de Marx, o salário deve ser determinado, considerando-se o valor dos meios necessários para a subsistência, para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho. E considerando-se, ainda, tudo o que é necessário para que o trabalhador se reproduza de acordo com o seu nível de vida, que varia historicamente entre épocas e regiões, e de acordo com suas habilidades.

Para Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2001, p. 88), “o capital, assim como o trabalho assalariado, é uma relação social de produção, é uma forma historicamente determinada de distribuição das condições de produção resultante de um processo de expropriação e concentração da propriedade”. Isto só é possível porque o valor que o trabalhador pode produzir durante as horas trabalhadas é superior ao valor pelo qual vende sua capacidade, seu salário.

A força de trabalho é a única mercadoria que pode produzir valor. Para Marx (1982), uma parte deste valor, apropriada sob forma de trabalho excedente, é trabalho não-pago e passa a integrar o capital, transformando-se em riqueza. No capitalismo, esse trabalho excedente assume a forma de mais-valia, expressão do grau de exploração da força de trabalho pelo capital.



Chama-se mais-valia o valor que o trabalhador cria além do valor de sua força de trabalho.

Ela é considerada pelos sociólogos como sendo a alma do capitalismo, pois produz na teoria e na prática a desigualdade e os antagonismos sociais. Aquilo que o trabalhador produz a mais do que recebe, em forma de salário, é apropriado pelo dono dos meios de produção e, normalmente, é chamado de apropriação do excedente de trabalho.

É por meio da extração de mais-valia que se estabeleceu a via fundamental da acumulação capitalista, por intermédio da qual, segundo Marx (1982), o capital realiza a sua vocação histórica às custas do trabalhador. Movido pela idéia do lucro, o capitalista seria necessariamente explorador.



Lucro e mais-valia. Há diferença entre eles?

É importante destacar que há uma diferença entre lucro e mais-valia. A mais-valia origina-se somente do trabalhador, já o lucro pode vir de outras fontes: da compra e venda de mercadorias, do lucro, do arrendamento.

Marx (1982) chamou de **mais-valia absoluta** aquela conseguida por meio do aumento de horas na jornada de trabalho ou pela intensificação do uso da força de trabalho. Exemplo: numa fábrica de sapatos, se o trabalhador trabalhar diariamente uma

hora a mais, ele estará produzindo mais sapatos. Ele pode produzir mais sapatos se o patrão conseguir que ele se mantenha ocupado, trabalhando pelo maior tempo possível além das horas destinadas à jornada de trabalho.

Por outro lado, chamou de **mais-valia relativa** aquela obtida por intermédio da diminuição do tempo de trabalho necessário, por meio da especialização profissional, introdução de novas tecnologias ou adoção de novos métodos de gerenciamento. Nestes casos, é possível aumentar a mais-valia, mesmo diminuindo o tempo de trabalho.

Para facilitar sua compreensão sobre mais-valia, leia o exemplo que segue:



Um operário vende sua força de trabalho ao capitalista por um preço X (por exemplo, \$10.000), para trabalhar durante um período Y (suponhamos 8 horas).

Mas, em apenas uma fração deste período (por exemplo, 4 horas), o trabalhador produz o equivalente ao salário combinado, ou seja \$ 10.000.

O tempo restante da jornada de trabalho (4 horas) é trabalhado gratuitamente para o capitalista, produzindo-se um valor suplementar, ao qual Marx denomina mais-valia.

A taxa de mais-valia é a expressão do grau de exploração da força de trabalho pelo capital. (AMORIM e TAMANINI, 2003).

Ligado ao conceito e à prática da extração da mais-valia constrói-se o conceito de **classes sociais**. Embora seja considerado um dos temas principais do pensamento de Marx, ele não deixou uma teoria sistematizada sobre as classes sociais.

Mesmo assim, é possível abstrair um entendimento deste assunto a partir de sua obra e da obra de seus seguidores, que divulgaram suas idéias. É o que será feito.

Segundo Demo (1989), as classes sociais são grupos sociais antagônicos, onde um se apropria do trabalho do outro, por causa do lugar diferente que ocupam na estrutura econômica de um modo de produção, lugar este determinado fundamentalmente pela forma específica que se relaciona com os meios de produção. A distinção está entre **os que possuem e os que não possuem os meios de produção**.

Como você já viu, a compra e a venda da força de trabalho produz um distanciamento entre os que compram e os que vendem a força de trabalho. Marx chama isto de antagonismo de classe, cuja base de sustentação é a propriedade privada dos meios de produção. Com a proposta de eliminação da propriedade privada, ele via a possibilidade de eliminar os antagonismos de classe.

Marx (1982) demonstrou que a existência das classes está vinculada a determinadas fases da história do desenvolvimento da produção; que a luta de classes conduz necessariamente, ao longo do tempo, à ditadura do proletariado; e que esta mesma ditadura não passa de uma transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes.

É na obra *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, que se encontram as principais considerações políticas de Marx sobre a luta de classes, conforme citação que segue:

[...] a história de toda a sociedade até hoje é a história da luta de classes. [...] na nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se, por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade vai se dividindo cada vez mais em dois grandes campos inimigos, [...] burguesia e proletariado. (MARX E ENGELS, 1985, p. 45).

Mesmo reconhecendo a importância do papel da burguesia na dissolução do feudalismo e na construção da ordem capitalista, Marx prognostica que cabe aos operários dar o próximo passo, o da destruição do capitalismo e da instauração da sociedade **socialista**:

Maiores informações a respeito da distinção entre feudalismo, capitalismo e socialismo você terá na seção 3, em modos de produção.

O progresso da indústria, cujo agente involuntário e passivo é a própria burguesia, substitui o isolamento dos operários, resultante da concorrência, por sua união revolucionária resultante da associação. [...] a burguesia produz, acima de tudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis. (MARX e ENGELS, 1985, p. 64)

Na verdade, Marx reconhece no capitalismo apenas duas classes, a **burguesia** e o proletariado, o que seria para ele uma simplificação, se comparada ao sistema feudal de produção. Algumas vezes ele usa o termo “pequena burguesia” para designar uma classe em transição, composta pelo pequeno produtor independente, artesão ou camponês, donos dos seus meios de produção.

Hoje existem salários que permitem acumulação de capital, cujo valor vai muito além do necessário para a satisfação das necessidades básicas (atletas diferenciados, *top models*, executivos de grandes empresas), onde as características da mais-valia praticamente desaparecem ou não se aplicam, o que Marx desconhecia.



Usamos hoje, também, fração de classe para designar subgrupos componentes de classe. A própria burguesia pode ser subdividida em burguesia industrial, comercial e financeira; os trabalhadores da indústria, do comércio, da prestação de serviços, os autônomos, diaristas, entre outros.

Também é comum falar-se em **consciência de classe**, quando ela está ciente de seus reais interesses. Marx falava de “classe em si” para indicar o seu potencial contestatório. A “classe para si”, quando levada pela consciência do conflito e da exploração, organiza-se politicamente para a defesa consciente de seus interesses, o que supõe uma identidade construída para a luta de classe.

Sobre a burguesia na atualidade, veja discussão disponível em: <<http://overmundo.com.br/blogs/o-pensamento-da-nova-burguesia>>. Também sugerimos a música do Cazuza, Burguesia, cuja letra você pode encontrar em: <<http://cazuza.lettras.terra.com.br/lettras/43858/>>.

Você pode buscar um aprofundamento maior sobre o tema, lendo algumas partes do Manifesto Comunista na versão da Web, especialmente o primeiro capítulo, burgueses e proletários, disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/manifestocomunista.htm>>.

Mas essa consciência e luta de classes levaria à abolição das classes sociais na construção essencial da sociedade comunista:

O que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade privada em geral, mas a abolição da propriedade burguesa. [...] em lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classe, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos. (MARX e ENGELS 1985, p. 64).

Chegando ao fim a divisão da sociedade em classes, o Estado, enquanto estrutura política, também teria que ser destruído. No entender de Marx, o Estado era um instrumento da luta de classes, logo não faria sentido em uma sociedade sem classes. Como ele entendia que o proletariado precisava do Estado para derrubar a burguesia, ele afirmava que era necessário um momento de transição entre o capitalismo e o comunismo, e chamou isto de socialismo. A transição seria implantada por meio da ditadura do proletariado.

Lênin (apud HARNECKER, 1972, p.145) dizia que:

A essência fundamental da ditadura do proletariado residia na organização e disciplina do destacamento avançado dos trabalhadores, de sua vanguarda, de seu único dirigente: o proletariado. Seu objetivo é construir o socialismo, suprimir a divisão da sociedade em classes, converter a todos os membros da sociedade em trabalhadores, destruir a base sobre a qual descansa a exploração do homem pelo homem. [...] exige um período bastante longo de transição do capitalismo para o socialismo, porque é difícil reorganizar a produção, como se necessita de tempo para introduzir mudanças radicais em todos os domínios da vida e porque a enorme força da tradição de um modo burguês de dirigir a economia somente pode ser superada numa luta vasta e tenaz. Por isso, Marx fala de todo um período de ditadura do proletariado como período de transição.

Assim, era preciso que a classe operária se tornasse revolucionária, primeiramente tomando consciência de seus interesses de classe e percebendo as condições objetivas de

construção do socialismo para, numa continuidade de aprimoramento deste modelo, chegar ao comunismo como uma sociedade perfeita, sem propriedade privada, sem classe e sem o Estado.

No decorrer desta seção, você leu algumas passagens sobre modos de produção. Na próxima seção, ampliaremos a discussão sobre este assunto, que também se relaciona com a discussão sobre Economia e sociedade.

Vamos lá?

Seção 3 - Modos de produção

O estudo dos modos de produção torna-se importante para que você possa saber como os seres humanos se organizaram, quanto ao trabalho e à produção, nos diferentes contextos sócio-históricos, para produzirem os meios necessários para a reprodução da vida e também para a concentração de capital.

A teoria a respeito dos modos de produção foi desenvolvida primeiramente por Marx e depois pelos seus seguidores.

O que realmente significa modo de produção?



O modo de produção é entendido como o conjunto das forças produtivas e o conjunto das relações de produção, na sua interação, num certo estágio de desenvolvimento.

Vamos esclarecer ainda mais para facilitar sua compreensão:

Como vimos anteriormente, é na vida cotidiana que o ser humano vai fazendo a sua história. É a partir das atividades práticas do dia-a-dia que os seres humanos, com o uso da sua capacidade de entendimento das coisas, vão sendo estimulados

para as constantes modificações no modo de fazer a prática, o que leva, por conseguinte, ao desenvolvimento das forças produtivas (potencial para produzir um produto).

Estas evoluem com maior rapidez e influenciam as relações de produção (relações necessárias entre os envolvidos num processo de produção), que não se comportam como um elemento passivo. As relações de produção exercem uma influência ativa no desenvolvimento das forças produtivas, acelerando ou amortecendo o seu avanço.

Para Fiorante (1978), o modo de produção é uma combinação específica de diversas estruturas e práticas que aparecem como instâncias, ou níveis, isto é, como estruturas regionais com uma autonomia e dinâmica próprias, ligadas a uma unidade dialética.

Este conceito de Fiorante está muito ligado ao pensamento marxista, já que Marx analisa os modos de produção dentro de estruturas. Por outro lado, sente-se a dificuldade de caracterizar o seu modo de produção em um país ou em uma nação, pois, geralmente, não se encontra uma só forma de produção, mas diversos modos de produção influentes.

Desta feita, pode-se caracterizar o modo de produção de um país por aquele que predomina e isto já se torna uma grande dificuldade. Enquanto que, em determinados espaços, mantém-se um modo de produção, em outros o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais definem novos modos de produção.



Saiba mais

Para esclarecer um pouco mais, nós podemos dizer com segurança que, no Brasil, temos o predomínio absoluto do modo de produção capitalista.

Mas nas comunidades indígenas da selva amazônica, temos o comunismo primitivo; pela televisão sabemos de denúncias de práticas escravistas (consideradas crime); no campo existem relações semi-feudais, com a prática de arrendamento, de parcerias, com os pactos entre coronéis e serviçais; em alguns assentamentos de “sem-terra” temos práticas socialistas, com propriedade coletiva, produção coletiva, distribuição coletiva igualitária.

Muitos autores seguem uma sequência histórica e cronológica para mostrar os modos de produção da seguinte maneira:

- a) o comunismo primitivo,
- b) a escravidão,
- c) o feudalismo,
- d) o capitalismo,
- e) o socialismo/comunismo (este último é esperado).

Vamos conhecer cada um deles?

a) Modo de produção do comunismo primitivo

A primeira forma da propriedade é a da tribo. Ela corresponde ao estágio rudimentar da produção (caça, coleta, pesca, pecuária e agricultura) e grandes quantidades de terras incultas. Como exemplo, temos no Brasil as comunidades indígenas desde antes do descobrimento e que, em algumas situações, chegam até os nossos dias, como é o caso de comunidades da selva amazônica.

Neste estágio, a divisão é muito pouco desenvolvida, há divisão natural do trabalho, por sexo, idade e troca de tarefas. Os instrumentos de trabalho utilizados são extremamente rudimentares e há um baixíssimo nível de produtividade.

A estrutura social é limitada. A lei fundamental consiste na luta permanente para assegurar a sobrevivência em condições precárias dos membros da comunidade, mediante a posse coletiva dos meios de produção, o trabalho coletivo e a distribuição igualitária dos bens produzidos.

Há a propriedade coletiva dos meios de produção, trabalho coletivo e distribuição igualitária dos bens produzidos. Veja que, neste modo de produção, não existindo o Estado, a organização do poder está ligada ao patriarca ou ao chefe. A forma de consciência predominante é o mito ou a forma religiosa (AMORIM e TAMANINI, 2003).

b) Modo de produção escravista

A escravista é a segunda forma de propriedade mais antiga, resultante da reunião de várias tribos numa só cidade, por contrato ou conquista. Ao lado da propriedade comunal, vai surgindo a propriedade privada de bens móveis e mais tarde de imóveis. A estrutura social comunista primitiva se desagrega com a propriedade privada imobiliária.



Na seqüência, há aumento da produção agrícola e a formação de excedentes econômicos. Nesse momento, faz-se necessário o braço escravo para o trabalho.

Surge também o poder político para perpetuar essa forma de dominação representada pelos Estados Imperiais. A religião passa a ter um papel ideológico e os deuses são criados para tornar sagrada e inquestionável a dominação.

A escravatura se desenvolve com o aumento da população e das necessidades. Ela caracterizou a vida econômica e social da chamada Antigüidade Clássica. As antigas civilizações da Grécia, Egito, Babilônia, Roma, Índia, China e outras, desenvolveram-se à base de trabalho escravo.

Surge a oposição entre cidade e campo. A divisão do trabalho vai sendo aperfeiçoada a partir de novas necessidades, entre a cidade e o campo, entre pastores e agricultores, entre artesãos, entre o trabalho manual e o intelectual. Destaca-se a propriedade privada dos senhores de escravos sobre os meios de produção e sobre os trabalhadores. (AMORIM e TAMANINI, 2003).

A produtividade do trabalho vai aumentando gradativamente se comparada ao comunismo primitivo, permitindo ao trabalhador criar um sobre-produto, que é apropriado pelo senhor do escravo. A produção é destinada essencialmente ao consumo local.

c) Modo de produção feudal

No modo de produção feudal, a população continua espalhada no campo, onde não são mais os escravos, mas os pequenos camponeses que se erguem como classe produtora.

A estrutura feudal da propriedade imobiliária corresponde nas cidades à propriedade corporativa, também conhecida como organização feudal da profissão. A propriedade consiste no trabalho de cada indivíduo.



Figura 9: Fases do Feudalismo

Fonte: <www.culturabrasil.pro.br>

Um pouco da história permite-nos entender melhor o modo de produção feudal, conforme apresentação feita por Amorim e Tamanini (2003). Em meados do século XV, com a queda do império romano, a Europa dividiu-se em vários feudos, que eram grandes extensões de terra cultivadas por servos. Desapareceu a escravidão e surgiu a relação produtiva entre senhores e servos. O estado absolutista ficou enfraquecido e cada senhor feudal passou a cuidar da administração política do seu feudo.

A unidade do mundo foi dada pelo catolicismo. Para você entender esse “cenário”, é preciso levar em consideração que as invasões e as guerras internas tornaram difícil o desenvolvimento do comércio. A posse da terra passou a ser extremamente valorizada. Dela, ricos ou pobres, poderosos ou não, deveriam tirar os meios de subsistência.



Assim, nesse período, toda a vida social passou a depender da propriedade ou da posse, desenvolvendo-se um sistema administrativo e uma organização militar estreitamente ligada à situação patrimonial.

Os proprietários menos poderosos colocavam-se a serviço do senhor feudal, obrigando-se a apoiá-lo nas guerras e a entregá-lhe uma contribuição pecuniária recebendo, em troca, a sua proteção. O chefe de família que não possuísse patrimônio recebia uma faixa de terra para cultivar e extrair o sustento da família, além de entregar ao senhor feudal uma parcela da produção.

O senhor adquiria sobre ele e sua família o direito de vida e de morte, podendo assim, estabelecer as regras do seu comportamento social e privado. A vassalagem era uma relação pessoal, enquanto que o benefício tinha o sentido de estabelecimento de um direito real, ambos implicando o reconhecimento do poder político do senhor feudal e contribuindo para que o feudo tivesse sua ordem jurídica própria, desvinculada do Estado.

O Estado Feudal caracteriza-se pelo exercício acumulativo das diversas funções diretivas por parte das mesmas pessoas e pela fragmentação do poder central em pequenos agregados sociais.

Os pequenos capitais economizados aos poucos por artesãos isolados e o aumento da população desenvolveram as condições de artesão e de aprendiz, fazendo com que nascesse nas cidades uma hierarquia semelhante à do campo.

A estrutura era condicionada pelos limitados lucros de produção, pela cultura rudimentar e restrita ao solo e à atividade artesanal. Mesmo no apogeu do feudalismo, a divisão do trabalho era limitada. Além da divisão em príncipes reinantes, nobreza, clero e camponeses (no campo) e a separação em mestres, operários e aprendizes e plebe dos diaristas (nas cidades) não houve importante divisão do trabalho.

A necessidade de associação contra a nobreza espoliativa, necessidade de mercados, concorrência com os servos que se evadiam em massa para as cidades prósperas, fizeram nascer as corporações.



Quais são as principais características do modo de produção feudal?

Como principais características do modo de produção feudal, podemos destacar: a crescente divisão social do trabalho, produção destinada ao consumo local, divisão da sociedade em duas classes sociais antagônicas: senhores feudais (donos de terra) e servos da gleba (camponeses), propriedade privada dos senhores feudais sobre os meios de produção, propriedade incompleta dos senhores feudais sobre os servos da gleba, pois estes, embora estivessem vinculados aos feudos, já dispunham de mais liberdade, possuíam instrumento de trabalho e outros bens próprios.

Na sequência, você observará o modo de produção decorrente da Revolução Industrial. Ela provocou uma gigantesca transformação nas relações de produção. Surgiram novas classes: a burguesia e o proletariado.

d) Modo de produção capitalista

O modo de produção capitalista surgiu a partir do modo de produção feudal. Sua evolução percorre duas etapas: o capitalismo pré-monopolista e o capitalismo monopolista (imperialismo).

O capitalismo pré-monopolista é aquele período do desenvolvimento do capitalismo em que existiu a **livre concorrência**, ao passo que no capitalismo monopolista a livre concorrência é substituída pelo **monopólio**.

As duas etapas possuem um fundamento comum: a propriedade privada sobre os meios de produção e a exploração da força de trabalho pela classe capitalista para a produção de mais-valia.

É a situação do regime de iniciativa privada em que as empresas competem entre si. Os preços de mercado formam-se segundo a correção entre oferta e procura, quase sem interferência de compradores ou vendedores isolados.

É quando só existe uma empresa produtora de um bem no mercado, sem nenhum bem substituto próximo. Ex: Cimento Votoran, no Brasil.

Para Fiorante (1978), ao capitalismo só serve o trabalhador competente, pois existem diversos mecanismos a favor do capitalismo que lhe assegura seu alto lucro e mais-valia. O capitalismo só vive do sobre-trabalho do operário, do excedente que acumula e concentra como riqueza.

O trabalhador pensa que o seu salário é um pagamento justo pela sua jornada de trabalho, mas não entende que ele representa apenas uma pequena parte. A maior parte é apropriada pelo dono do capital e o trabalhador não recebe.

Nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha, na França e em outros países economicamente desenvolvidos, o capitalismo pré-monopolista predominou até os últimos decênios do século XIX, quando os processos gerados na economia capitalista conferiram nova característica ao capitalismo: a livre concorrência deu lugar ao domínio dos monopólios, que passaram a desempenhar papel decisivo no desenvolvimento da economia capitalista. Tamanini e Amorim (2003) destacam as principais características:

- Propriedade privada sobre os meios de produção e divisão da sociedade em duas classes sociais fundamentais, antagônicas, novas e qualitativamente diferentes das classes sociais dos modos de produção escravista e feudal: a burguesia e o proletariado.
- Avanço sem precedentes do conhecimento científico e tecnológico.
- Generalização da produção de mercadorias, isto é, da produção destinada à venda, ao mercado. Tudo, na sociedade capitalista, se transforma em mercadoria, inclusive a força de trabalho.
- O trabalhador, diferentemente do que ocorre nas sociedades escravista e feudal, já não é mais um escravo, nem servo da gleba. O trabalhador é livre para vender sua força de trabalho ao capitalista que lhe fizer a melhor oferta, isto é, pagar-lhe o melhor salário. E é livre, também, porque está sempre disponível para o trabalho assalariado.
- Com o esgotamento do capitalismo, haveria a possibilidade de um novo modo de produção.

e) Modo de produção socialista/comunista

Embora seja possível separar o modo de produção Socialista do Comunista, preferimos seguir a maioria dos autores que os discutem de forma simultânea, pois há uma relação muito estreita entre os dois, porque o surgimento do segundo depende do desenvolvimento do primeiro. Além disso, não temos nenhuma sociedade em que o Comunismo esteja sendo implementado como sistema predominante. Ele permanece mais como uma utopia.

Com o desenvolvimento e esgotamento do modo de produção Capitalista, este dará lugar ao modo de produção Socialista, que conduzirá ao Comunismo - etapa onde desaparece a luta de classes.

Um pouco diferente da propriedade coletiva primitiva, gerada pela fragilidade do homem diante da natureza, a propriedade socialista seria o resultado de um grande desenvolvimento das forças produtivas da sociedade.



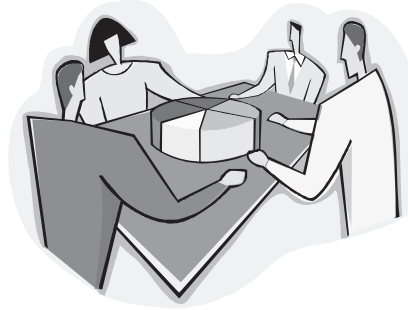
Neste momento, você deve estar se perguntando: como passar de uma sociedade capitalista para uma sociedade comunista?

Segundo Marx, seria o proletariado que se constituía na maioria da população. A classe que, aspirando ao poder, tomaria o Estado e transformaria as relações sociais. Essa seria uma revolução feita pela maioria em benefício de todos. Desse modo, essa revolução proletária marcaria o fim das classes e do caráter antagônico da sociedade capitalista. Assim, é bom ficar evidenciado que seria sempre o proletariado organizado quem transformaria a sociedade.

O modo de produção socialista nasceria no interior do modo de produção capitalista. Seu traço característico essencial consistiria na abolição da propriedade privada sobre os meios de produção e o estabelecimento da propriedade social sobre estes.

Segundo Fiorante (1978), se no capitalismo o grande capital domina o poderio econômico e o sistema, no socialista é o Estado, quem exerce este poder de dividir as atividades do

trabalho e apropriar para redistribuir à cúpula dirigida do Estado, no entanto, o povo em geral sempre fica com a mínima parte de seu esforço.



A propriedade socialista dos meios de produção é a propriedade social, a propriedade coletiva dos próprios trabalhadores. Os membros da sociedade socialista, possuindo em comum os meios de trabalho e os objetos de trabalho, empregam-nos no processo de trabalho em benefício próprio.

O modo de produção comunista, desde a sua fase inferior (o socialismo), além de basear-se na propriedade social, estatal sobre os meios de produção, assentar-se-ia na economia planificada.

Para Tamanini e Amorim (2003), a planificação seria realizada para o conjunto da economia nacional por regiões, localidades e unidades produtivas, e, ainda, por ramos da economia do país. A eficácia da planificação econômica socialista estaria condicionada à ampla participação das massas trabalhadoras na elaboração e na execução dos planos.

O estabelecimento do domínio absoluto da propriedade social sobre os meios de produção, em todos os ramos da economia nacional, faria com que o novo regime se baseasse em relações de produção que excluíssem a exploração do homem pelo homem, abolindo as próprias causas que originam essa exploração, faz surgir a sociedade sem classes.

O comunismo constitui-se numa distribuição igualitária, todos são produtores indistintamente e não há excedente em mãos privadas.



O princípio que regeria a etapa socialista é "a cada um, de acordo com a sua capacidade", enquanto o que orientaria a etapa comunista é "a cada um, de acordo com suas necessidades".

Agora que você estudou as características de cada modo de produção, vamos verificar os elementos que fornecem os subsídios que permitem distinguí-los.

Como você pôde perceber, para reconhecer a forma específica de cada modo de produção é indispensável recolher os dados que os distinguem e proceder a uma cuidadosa observação e análise de variáveis empíricas. Para Lara (2005), dentre elas podem-se destacar:

- o nível de desenvolvimento das forças produtivas, que envolve a força de trabalho e os meios de produção existentes, com relevância para os instrumentos e a técnica adaptada;
- a propriedade dos meios de produção e os direitos de cada grupo ou classe sobre esses meios;
- o tipo de relações de produção existente entre os membros da sociedade e o papel de cada um no processo de trabalho;
- o objetivo da atividade econômica, conforme destina-se a satisfazer necessidades e interesses dos produtores, dos que se apropriam dos excedentes, dos mercadores ou dos capitalistas;
- a repartição do produto do processo de trabalho entre os membros da sociedade, a utilização e a apropriação do excedente econômico;
- a continuidade do processo de produção no decorrer do tempo, ou seja, como está assegurada a reprodução social;
- cada modo de produção, na fase de declínio da sua evolução, reduz as suas potencialidades, começando a surgir contradições internas, que dificultam o seu desenvolvimento, face à natureza das novas forças produtivas e aos efeitos nas relações sociais de produção.

Nesta seção, você estudou diferentes modos de produção e percebeu como eles se relacionam com as questões do trabalho. Na seção seguinte, você aprofundará ainda mais seus estudos sobre este assunto.

SEÇÃO 4 - Trabalho e vida econômica: emprego, desemprego e empregabilidade

Você deve ter percebido a importância que o trabalho ocupa na vida do ser humano, especialmente por meio do pensamento de Marx. Nesta seção, iremos abordar esta temática de modo mais direto.

Ligadas ao trabalho, na sociedade atual, estão as questões do emprego, desemprego e empregabilidade. É este conjunto que vamos tentar entender nesta seção, tendo como pano de fundo o pensamento de Marx.



Nas obras de Marx, o trabalho ocupa posição central. Ao trabalhar, o homem produz a cultura. A cultura, como resultado do trabalho, diferencia o trabalho humano daquele realizado por outros seres vivos.

Verifique como é possível relacionar o trabalho como atividade humana, conforme está sendo discutido neste momento, com a discussão sobre o método de Marx, apresentado na seção 1, desta unidade.

A característica do homem é projetar, conceber o trabalho antes de realizá-lo e de modificar sua concepção durante sua realização. A capacidade de trabalho é ao mesmo tempo característica e condição humana, desta se formam as relações sociais; as familiares, as políticas, as econômicas e as relações com a natureza.

As representações, as linguagens, as instituições, a educação, estão diretamente ligadas com a forma pela qual os homens, no trabalho, relacionam-se para produzir o que necessitam e para se reproduzirem como seres dotados de história e cultura.

Á medida que o ser humano desenvolve meios para o seu trabalho e sabe o que irá alcançar no fim do mesmo, ele se desenvolve e imprime nas coisas criadas a sua marca. O meio de trabalho é um instrumento que o trabalhador usa para transformar um objeto, uma matéria-prima em produto para o consumo.

No fim do processo de trabalho aparece um resultado, um produto, que já existia antes, mas como projeto que ele tenha elaborado conscientemente. No desenvolvimento do projeto, pelo uso da inteligência e criatividade ele pode perceber deficiências no projeto e ir alterando conforme sua vontade, durante todo o curso do trabalho.

Para Marx (1972), o grande problema da sociedade capitalista é que o produto do trabalho não pertence àquele que o produziu. Há uma contradição intrínseca na sociedade capitalista (conforme já apontada na seção 2, desta unidade) entre proprietários dos meios de produção (burgueses) e trabalhadores (proletários). Ele entende que a marca da sociedade capitalista é a divisão social acentuada do trabalho e a apropriação dos resultados do trabalho por outro que não é o trabalhador.

A existência da propriedade privada dos meios de produção separa, em classes sociais distintas e opostas, os proprietários dos não-proprietários dos meios de produção, os burgueses e os operários. Uns têm a propriedade dos meios de produção, outros apenas a sua força de trabalho.



A divisão do trabalho e da propriedade separa os homens, isolando aqueles responsáveis pela concepção daqueles que executam o trabalho, separando o trabalho intelectual do trabalho manual, uns pensam e outros executam.

Concretamente, mão e consciência encontram-se separadas, representadas por homens distintos, aquele executa e aquele projeta. A característica do homem, de conhecer (planejar) o trabalho antes de realizá-lo, é perdida. O responsável por uma parte da tarefa repete-a mecanicamente, converte-se em um apêndice da máquina.

O trabalhador perde a relação que estabelecia entre o desenvolvimento do conhecimento e o trabalho, quando era dono do projeto. A ciência aparece separada do trabalhador, a serviço do capital.

A separação entre o pensar e o executar e a apropriação dos resultados do trabalho por outro que não o trabalhador, produz o que Marx chamou de **alienação**. A alienação, a consciência deslocada da produção da vida, toma conta das instituições. A alienação tende a obscurecer para o homem o fundamento real da sociedade que é a exploração e a desigualdade.

O processo de alienação, para Marx, manifesta-se no trabalho e no modo como se organiza a divisão do trabalho. O produto do trabalho, a mercadoria construída pelo próprio homem, torna-se estranho e alheio a ele.

Com a expansão da propriedade privada, bem como sua intensificação e a divisão do trabalho, que são bases fundamentais do capitalismo, o trabalho perde sua característica determinante que é a expressão do poder do ser humano na relação com a natureza, e os produtos derivados de seu trabalho assumem uma existência à parte do indivíduo, de sua vontade e de seu planejamento.



A racionalidade exigida pelo modo de produção capitalista transforma o homem em máquina de trabalho como nos primórdios da humanidade se fez com os animais. Para alcançar índices elevados de produtividade, o capitalismo construiu reciprocamente com os eventos modernos, uma racionalidade jamais vista na humanidade. O ser humano transforma-se ele próprio em mercadoria.

Marx demonstrou justamente que o valor de um produto está na quantidade do trabalho empregado na fabricação do mesmo e que o lucro do capitalista está no valor produzido pelo trabalho que ele não paga ao operário, que ele designa de “mais-valia”.

Com a racionalidade do modo de produção capitalista, os trabalhadores são destituídos dos meios de produção, sendo forçados a venderem somente o que lhes resta: a força de trabalho em troca de um salário que não paga o seu trabalho. Assim, eles próprios se transformam em mercadorias.

Na sociedade capitalista, o trabalho transforma-se em uma mercadoria, vendida como qualquer outra no mercado, perde sua característica humana. O homem deixa de se sentir homem pelo

trabalho. Ao contrário, só se sente livre quando desempenha as funções animais (comer, beber, procriar, etc.).

As relações de produção, que assim se estabelecem, fazem parte da própria natureza do modo de produção que começa a vigorar. No *Primeiro Manuscrito Econômico e Filosófico*, Marx propõe-se a desvendar a verdadeira natureza do trabalho alienado: o trabalhador sente-se contrafeito, à medida que o trabalho não é voluntário, mas lhe é imposto, é trabalho forçado; o trabalho não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades; o trabalho não é para si, mas para outrem; o trabalhador não se pertence, ele é propriedade de outra pessoa.



Pare e faça um exercício de reflexão!

Pense, neste momento, em atividades que são desempenhadas de forma alienada pelos trabalhadores, como por exemplo, numa indústria automobilística.



Registre pelo menos 5 delas.

Para Marx, a alienação do objeto do trabalho simplesmente resume a alienação da própria atividade do trabalho. No capitalismo, as instituições sociais acentuam esta alienação. O homem vive socialmente por meio das instituições, em uma tensão constante entre as forças de mudança e as de conservação ali presentes.

Em essência, o capitalismo é um sistema de mercantilização universal e de produção de mais-valia. A mais-valia e a mercadoria são a condição e o produto das relações de dependência, alienação e antagonismo do operário e do capitalista.

A forma mercadoria cristaliza tanto o produto do trabalho necessário à reprodução do produtor (trabalho pago), como o produto do trabalho excedente (não pago) e apropriado pelo capitalista, no processo de compra e venda da força de trabalho.

O trabalho é, em primeiro lugar, um processo de que participam igualmente o homem e a natureza, e no qual o homem espontaneamente inicia, regula e controla as relações materiais entre si próprio e a natureza. Atuando sobre o mundo exterior e modificando-o, ao mesmo tempo ele modifica a sua própria natureza. Ele desenvolve seus poderes inativos e compele-os a agir em obediência à sua própria autoridade [...] Uma aranha leva a cabo operações que lembram as de um tecelão, e uma abelha deixa envergonhados muitos arquitetos na construção de suas colméias. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor das abelhas é que o arquiteto ergue a construção em sua mente antes de a erguer na realidade. [...] Além do esforço de seus próprios órgãos corporais, o processo exige que durante toda a operação, a vontade do trabalhador permaneça em consonância com sua finalidade. (MARX, 1982, p. 194–196)

O trabalho é um componente importante na dialética da vida do ser humano em contato com a natureza ou com a matéria, como um processo de transformação constante de ambas as partes. Só o ser humano pode compreender esta dinâmica.

Emprego e empregabilidade

Neste início de milênio, emprego e empregabilidade tornaram-se questões importantes para as instituições, empresas, trabalhadores e também para os centros de pesquisa e universidades. Envolvem aspectos básicos do ser humano como a sobrevivência, passam pela cidadania e dignidade para considerar ambições maiores como satisfação, realização e felicidade.

Para início de conversa, o emprego pode ser entendido como a função e a condição das pessoas que trabalham em caráter temporário ou permanente, em qualquer tipo de atividade econômica.

O desemprego é entendido como a condição ou situação das pessoas incluídas na faixa das “idades ativas” (em geral entre 14 e 65 anos), que estejam, por determinado prazo, sem realizar trabalho em qualquer tipo de atividade econômica.

A complexa questão envolvendo o emprego, desemprego e empregabilidade, diz respeito à reestruturação dos processos de produção, que se acentuou a partir da última década do século passado e que ainda está em curso, foi discutida pela Sociologia e demais Ciências Sociais. A quantidade de registros na literatura mostra a importância que o tema assumiu durante estes últimos 15 anos.

Neste período, houve uma efetiva diminuição dos postos de trabalho, decorrente da incorporação de novas tecnologias nos sistemas de produção e trabalho, com o conseqüente aumento da produtividade.

Aproveite a leitura do texto Caracterização dos tipos de desemprego de Torres e Longo (2003), para compreender o que é desemprego:

Caracterização dos tipos de desemprego

Desemprego estrutural: característico dos países subdesenvolvidos, ligado às particularidades intrínsecas de sua economia. Explica-se pelo excesso de mão-de-obra empregada na agricultura e atividades correlatas e pela insuficiência dos equipamentos de base que levariam à criação cumulativa de emprego.

Desemprego tecnológico: atinge sobretudo os países mais adiantados. Resulta da substituição do homem pela máquina e é representado pela maior procura de técnicos e especialistas e pela queda, em maior proporção, da procura dos trabalhos meramente braçais.

Desemprego conjuntural: também chamado desemprego cíclico, característico da depressão, quando os bancos retraem os créditos, desestimulando os investimentos, e o poder de compra dos assalariados cai em consequência da elevação de preços.

Desemprego temporário: forma de subemprego comum nas regiões agrícolas, motivado pelo caráter sazonal do trabalho em certos setores agrícolas.

A desocupação de uma percentagem de três por cento da força de trabalho é considerada nos países capitalistas como desemprego mínimo ou normal e só acima desse índice é que se fala em desemprego. Há quem considere essa quota como necessária ao desenvolvimento da indústria. Os defensores dessa tese afirmam que uma certa porcentagem de desemprego é salutar à economia, por constituir uma reserva de mão-de-obra para a expansão industrial.

Desemprego na América Latina: O potencial de mão-de-obra latino-americano está longe de seu pleno aproveitamento. Há na economia agropecuária um desemprego latente, disfarçado e, embora generalizado, dificilmente mensurável em termos estatísticos. Como nessa região do mundo coexistem formas de exploração da terra em regime semifeudal e pré-capitalista, ocorre também o subemprego rural, decorrente da concentração da propriedade da terra.

SEGUE ►

Calcula-se que nos países menos desenvolvidos de 25 a 30% do potencial de trabalho seja perdido por meio do desemprego e do subemprego. No entanto, a taxa de crescimento demográfico extremamente alta não é a principal causa de subutilização da força de trabalho. O problema se deve basicamente a graves desequilíbrios e inadequações nos sistemas econômicos e sociais desses países. Entre esses fatores, aponta-se a má distribuição de renda.

Desemprego no Brasil: O Brasil tinha 7,6 milhões de desempregados segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 1999 (PNAD-1999). Ele estava em terceiro lugar em número de desempregados no mundo. Acima dele estavam a Índia, com quase 40 milhões, e a Rússia com 9,1 milhões, segundo cálculo foi feito pelo economista Márcio Pochmann da Unicamp. Em agosto de 2000, a taxa média de desemprego foi de 7,15%. Esse cálculo é feito pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE nas seis principais regiões metropolitanas do país e serve como indicativo da taxa global do Brasil.

O fator que mais contribui para o aumento do desemprego é o baixo ritmo de crescimento econômico do país.

Taxa de desemprego: A taxa de desemprego é uma porcentagem da População Economicamente Ativa que pode ser calculada com base em diferentes metodologias, é o caso do Brasil: O IBGE utiliza o critério de desemprego aberto, no qual somente as pessoas que no período de referência estavam disponíveis para trabalhar e realmente procuraram trabalho são consideradas desempregadas. O cálculo é feito com base em dados de seis regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. A Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio-Econômicos (Dieese), realizam a pesquisa no Distrito Federal além das regiões metropolitanas referências do IBGE, adotam o critério de desemprego total, que engloba também o desemprego oculto. Nessa categoria estão aqueles que não procuraram emprego por desalento ou porque estavam exercendo um trabalho precário. Esses cálculos levam a resultados muito diferentes. Na região metropolitana de São Paulo, por exemplo, enquanto o IBGE apontava em agosto de 2000 uma taxa de desemprego aberto de 7,55%, a Fundação Seade e o Dieese chegam a uma taxa de desemprego total de 17,7%.

A terceirização e a informalização também contribuíram para a construção deste cenário de rearranjos no mundo do trabalho, produzindo intensa preocupação para sociólogos, psicólogos, economistas e administradores, já que estas mudanças têm reflexos imediatos na vida dos trabalhadores inseridos no mercado e dos trabalhadores terceirizados ou autônomos, que atuam lado a lado com os regularmente inseridos no mercado formal.

Conforme Torres e Longo (2003), a reestruturação produtiva implantada pelas grandes empresas, que reduzem seu quadro de pessoal e mantêm apenas os mais qualificados, faz com que o mercado de trabalho vá perdendo a capacidade de geração de novos empregos, aumentando os índices de desemprego industrial no Brasil, sobretudo nas grandes empresas. Neste contexto, há uma pequena compensação, com incremento de empregos, por parte das médias e pequenas empresas.

Uma pesquisa de Montagner e Brandão (1996, apud PICCINI E OLIVEIRA, 2003), sobre a Região Metropolitana de São Paulo, já mostrava que o contingente de desempregados aumentava ininterruptamente na categoria dos que exerciam funções mais qualificadas, de gerência e planejamento, atividades de apoio à produção de bens e serviços e os que realizavam tarefas de secretaria e escritório. Os autores associam este tipo de desemprego “aos processos de redução de níveis hierárquicos e à terceirização de atividades das empresas”.

Isto evidencia que as expectativas de que os empregos perdidos no setor industrial seriam compensados pelos novos postos no setor de serviços não se confirmaram. Seguindo esta linha de raciocínio, pode-se inferir que o setor de serviços também estava passando por um processo de enxugamento de cargos, submetidos a um processo intenso de modernização, como foi o caso do setor bancário, associado à prática de uma alta rotatividade de mão-de-obra.



Neste quadro, produz-se um novo perfil dos desempregados: os de faixas etárias mais elevadas, os oriundos dos setores que foram submetidos a um processo de terceirização e os possuidores de um maior nível de escolaridade.

Estes padrões de desemprego só serão alterados à medida que se modifique o modelo de desenvolvimento vigente.

Entre os desempregados, parece inegável que há uma tendência em partir para o trabalho informal. Mas há também casos em que, por iniciativa empresarial, dos sindicatos ou dos próprios trabalhadores, certas atividades se tornaram “escoadouro” ou alternativa temporária para o desemprego: foram criadas cooperativas de trabalho e determinadas atividades foram terceirizadas.

As cooperativas de trabalho são organizadas, muitas vezes, com o apoio dos sindicatos dos trabalhadores da categoria ou pelos próprios empregadores. O trabalho em domicílio é mais constante em alguns setores como o de confecções (facção), calçados (ateliês), trabalho virtual (vendas, informática), cooperativas comunitárias.

O desemprego é o grande desafio, mas empresas que mantêm uma mão-de-obra relativamente estável preocupam-se que seus funcionários tenham condições de empregabilidade e oferecem a eles a possibilidade de uma qualificação que lhes dê condições de “empregabilidade”.

Nesta ótica, a questão de emprego não é mais vista (ou possível) no modelo tradicional de empresa, além disso, aumentam as exigências em termos de profissionalismo/qualificação, o funcionário precisa cada vez mais ser um empreendedor, buscar o autodesenvolvimento.



Vamos entender o que é empregabilidade?

O conceito de empregabilidade é entendido por Torres e Longo (2003) como a capacidade da mão-de-obra de se manter empregada ou encontrar um novo emprego quando demitida. Por trás deste conceito há a idéia de que a mão-de-obra está desempregada devido a sua inadequação diante de um mercado cada vez mais exigente. O trabalhador estaria desempregado, não porque faltam empregos, mas porque o seu perfil de qualificação não está adequado aos novos conceitos de produção.

A educação não resolve o problema de ser cada vez mais constante o uso de tecnologias que eliminam os postos de trabalho e pelo fato de que as relações de trabalho estão centradas em autoritarismo, na busca acentuada do lucro e na concentração do capital. Atribui-se à evolução tecnológica o aumento do desemprego, mas a base técnica em si não é a responsável pelo desemprego, mas o uso que dela se faz.

Mais do que discutir “empregabilidade”, é necessário lembrar do poder da empresa de decidir unilateralmente jornada de trabalho, admissão e demissão de pessoal, a organização e as condições de trabalho que levam as empresas a valorizarem extremamente os equipamentos poupadores de mão-de-obra. (TORRES; LONGO, 2003).



Pesquisas recentes mostram que o emprego cresce justamente entre os trabalhos mal pagos e de alta rotatividade. O trabalho estável, bem pago e qualificado é privilégio de uma minoria. Ampliam-se os trabalhos de natureza instável, precários e informais, e, nestes casos, incluem-se até mesmo trabalhadores com níveis mais elevados de escolarização.

Esta constatação insere-se na nova lógica de produção “terceirizada”. As grandes empresas “enxugam” seus quadros e os trabalhadores assumem funções terceirizadas junto a fornecedores que investem menos em sua mão-de-obra, seja por escassez de recursos econômicos, seja por que assumem parte do processo produtivo com menos valor agregado, que pressupõe uma mão-de-obra com menor qualificação.

Parece-nos então, da máxima relevância, a relação que vai se estabelecer entre as três categorias: flexibilização do trabalho, qualidade de vida do trabalhador e emprego. (TORRES; LONGO, 2003).

Diante dessas colocações, cabe perguntar:

- Como se sente o trabalhador que está inserido no mercado de trabalho, formal ou informal?
- Que qualidade de vida existe diante desta situação de ameaça de perda do posto de trabalho?



Saiba mais

Para auxiliar na sua reflexão sobre esses questionamentos, confira, no Saiba Mais desta unidade, o texto: *O desemprego no Brasil e no mundo*, de Torres e Longo (2003).

Chegamos ao final de mais uma unidade. Esperamos que você tenha entendido os principais fundamentos sociológicos de Marx e tenha percebido as características essenciais do seu modo de pensar e entender o mundo, a sociedade e o ser humano.

[illegible]

[illegible]



Saiba mais

Aprofunde seus conhecimentos sobre esta unidade.

- Saiba Mais sobre a seção 4, lendo o texto: *O Desemprego no Brasil e no Mundo*, de Torres e Longo (2003).

O Desemprego no Brasil e no Mundo

O desemprego não é um problema só no Brasil; ele ocorre na Europa e em toda parte do mundo. Fora os Estados Unidos, onde a questão está minimizada pelo longo período de crescimento da economia, nas demais partes do mundo o fenômeno é visto com preocupação. Na Europa, o problema é muito grave; no Japão, atualmente observa-se a diminuição do número de vagas no mercado de trabalho; a Coreia do Sul enfrenta a mesma situação. Nos países subdesenvolvidos, a situação não é diferente.

No Brasil, é grande a preocupação dos trabalhadores, dos sindicatos, das autoridades e dos estudiosos de problemas sociais, a despeito de não possuímos dados precisos sobre o desemprego: o IBGE fala em taxa de 12%, a Fundação Seade/Dieese fala em 18% na região metropolitana da Grande São Paulo. A verdade é que temos, hoje, em qualquer família alguém desempregado. Essa é uma realidade que está muito próxima de cada um de nós. O desemprego causa vários problemas: para o desempregado, para a família e para o Estado. Para o cidadão desempregado e sua família, o desemprego provoca insegurança, a indignidade, aquela sensação de inutilidade para o mundo social.

A tecnologia, que vem desde a revolução industrial na Inglaterra em 1750, traz problemas, e certamente é uma das principais causas do desemprego mundial. Uma máquina substitui o trabalho de 10, 20, 40 ou mais pessoas. Já foi dito que a revolução industrial provocou insatisfação dos trabalhadores, mas pouco desemprego, porquanto, na época, as vagas fechadas numa empresa eram supridas pela abertura de outras empresas. Além disso, houve a redução da jornada de trabalho para 8 horas e a semana de 5 dias.

Todavia, hoje, com a globalização, a informatização, as novas tecnologias, nós temos efetivamente um problema de

SEGUE ►

desemprego estrutural. Vejam o exemplo dos bancos, onde diminuíram em menos da metade os postos de trabalho. Tudo é informatizado, as pessoas não precisam do caixa humano, elas vão direto ao caixa eletrônico. Esses funcionários perdem o emprego e não têm outra oportunidade, porque todos os ramos de atividade estão se modernizando, não só os bancos, mas as indústrias estão sendo robotizadas. Estão desaparecendo muitas profissões e atividades profissionais, porque têm o robô fazendo o trabalho de muitas pessoas. Isso realmente gera desemprego e tanto o governo quanto a sociedade têm que contribuir para encontrar uma solução.

Talvez a solução momentânea seja a requalificação profissional. Os profissionais que perdem seus postos de trabalho devem passar por treinamentos e reciclagens. Só assim poderão encontrar outra atividade e assumir uma nova vaga no concorrido mercado de trabalho moderno. O desempregado não pode ficar esperando nova oportunidade para ocupar a mesma vaga que ocupava antes da demissão, mesmo porque aquela vaga, ou melhor, aquela função pode deixar de existir. Aquele que deseja voltar ao mercado de trabalho deve se reciclar, buscando uma colocação em outra área ou ramo de atividade; para isso, ele deve estar preparado.

O governo, através dos Fundos de Amparo ao Trabalhador, tem oferecido recursos para treinamentos e reciclagens aos desempregados. Essa iniciativa ajuda, pois o trabalhador, sem essa reciclagem não vai conseguir uma recolocação no mercado de trabalho, mas não resolve o problema.

A questão do emprego é, hoje, a principal preocupação do movimento sindical, do Estado e, principalmente, da família, a que mais sofre com a falta de trabalho e queda da renda, agravando todos os problemas sociais. Tem que ter como prioridade a procura de caminhos para a execução de programas de desenvolvimento que resultem em geração de empregos.

Porém, essa não é a única saída para abrir postos de trabalho no mercado. Haja vista o que se passa no setor automobilístico, onde investimentos maciços e duplicação da capacidade produtiva não resultaram em geração de novos empregos.

Ao contrário, com os investimentos feitos as empresas puseram em prática um amplo programa de modernização e automação, cortando milhares de postos de trabalho. Para se ter uma idéia do estrago ocorrido neste setor, basta dizer que, na década de 80 do século passado, para uma capacidade de produção de um milhão e quinhentos mil veículos, as montadoras empregavam 140 mil trabalhadores. Hoje, para

SEGUIR ►

uma capacidade de produção de três milhões de veículos, as montadoras empregam apenas 90 mil trabalhadores.

Além de investimentos e programas de crescimento econômico, são necessárias outras medidas para gerar mais empregos. Hoje temos linhas completas, sistemas produtivos completos, operados por robôs. Os processos tecnológicos empregados na atualidade e mais a presença crescente da mulher no mercado de trabalho exigem uma redução drástica da jornada de trabalho, para dar emprego às centenas de milhões de pessoas no mundo inteiro que precisam trabalhar.

Mas, a redução da jornada não pode ser um ato isolado e unilateral de um só país ou dois. É preciso estabelecer uma nova jornada de trabalho de caráter universal, algo como uma resolução da Organização das Nações Unidas para ser cumprida por todos os países e para ser fiscalizada a sua aplicação por um órgão tipo OIT, a Organização Internacional do Trabalho, para que não haja um desequilíbrio nos custos de produção e quebra da equidade competitiva entre os países no mercado mundial. E, também, para que não haja redução de salários.

Para aprofundar seus conhecimentos sobre esta unidade, sugerimos também a leitura das seguintes obras:

- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- HARNECKER, M. **Los conceptos elementares del materialismo histórico**. Siglo21, 1972.
- MARX, K. **O Capital**. 7. ed. Resumida por Julian Borchardt. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- _____. **Manifesto comunista**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, MARIA L.O.; OLIVEIRA, Márcia G. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.